

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi marcado pelo fortalecimento da nossa estratégia de negócios e pela busca da excelência em gestão a fim de preparar a Suzano para iniciar um novo ciclo de crescimento, que nos levará a um patamar superior de produção de papel e celulose nos próximos anos. Foi a esse propósito que nos dedicamos, credenciados pelo fato de já termos dobrado nossa capacidade produtiva para 2,8 milhões de toneladas/ano nos quatro exercícios anteriores.

Em julho de 2008, anunciamos nossos planos para um novo ciclo de crescimento. Ele prevê três novas unidades industriais - no sul do Maranhão, no Piauí, e em um terceiro local ainda a ser definido - além da ampliação da produção da Unidade Mucuri. Assim, já na próxima década, mais do que dobraremos nossa capacidade de produção de celulose e atingiremos uma capacidade anual de produção de papel e celulose de 7,2 milhões de toneladas / ano. No Maranhão, contaremos com uma parceria com a Vale, o que nos trará benefícios na formação da base florestal e na logística de produtos. Não apenas estruturamos e comunicamos nossos planos de expansão ao longo do ano, mas também fortalecemos e investimos em diversas outras frentes que suportarão o futuro da Suzano, tais como a gestão de nossos recursos humanos, de nossa base de clientes e receitas, das rotinas operacionais, dos processos e dos projetos, dos riscos, dos fornecedores, além das melhorias em sistemas e controles. Este esforço nos levou, adicionalmente, a conquistar o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), um reconhecimento internacional, conferido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNU) às empresas de nível Classe Mundial em excelência de gestão.

Foi com esse ímpeto de investir e crescer que enfrentamos com serenidade a crise financeira mundial intensificada a partir de setembro. A brusca e significativa mudança no ambiente de negócios durante o segundo semestre do ano provocou diversos impactos negativos na indústria global de papel e celulose. Ainda assim, a Suzano foi capaz de apresentar melhoria em seus resultados e margens operacionais em relação ao ano anterior. Preparamo-nos para ocorrências como essa por meio da adoção de um modelo rigoroso de gerenciamento de riscos, que exigiu a máxima transparência no compartilhamento de informações. O trabalho, que em 2008 se concentrou na seleção dos riscos prioritários relacionados aos nossos objetivos estratégicos e no detalhamento dos planos de ação para tratar tais riscos, foi conduzido com sucesso como consequência do grande preparo dos gestores envolvidos. A partir deste processo, podemos nos preparar para situações de restrição do crédito e variação cambial e manter uma posição cautelosa a fim de que fosse possível continuar com os planos de crescimento anunciados.

No âmbito da gestão, demos continuidade ao Programa de Excelência Operacional. Consolidamos a aplicação do Projeto Seis Sigma Corporativo estruturado nas áreas Industrial e de Serviços, que já acumulou nos últimos 2 anos ganhos recorrentes de mais de R\$ 20 milhões, sem que, para isso, fossem necessários investimentos significativos. Para as máquinas de papel, combinamos o Projeto Seis Sigma com a Metodologia de Gestão da Rotina com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) - com quem mantemos parceria desde 2002, resultando em ganhos recorrentes de eficiência nas máquinas de papel equivalentes a R\$ 43 milhões, acumulados desde 2007.

Outros números referendaram nosso Modelo de Gestão. Encerramos o exercício com recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas e recorde de vendas de 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado. Nosso faturamento líquido atingiu R\$ 4,1 bilhões em 2008, 19,2% acima do ano anterior.

Registramos novo recorde de EBITDA de R\$ 1,5 bilhão, superando em mais de 42,1% o montante do ano anterior e nossa margem foi de 36,2%, ou 5,8 p.p. superior ao resultado de 2007. Encerramos o ano com R\$ 2,2 bilhões em caixa, um saldo 57% superior ao do ano anterior. Entretanto, devido a forte desvalorização do Real, o impacto da variação cambial no montante de dívida em moeda estrangeira ocasionou um prejuízo contábil de R\$ 484 milhões. A relação Dívida Líquida / EBITDA foi de 3,8. Na Unidade de Negócio Celulose, o destaque foi a conclusão da curva de aprendizado que levou a Linha 2 de Mucuri a alcançar 87% da capacidade de produção, de 1,0 milhão de toneladas. Outro marco foi a consolidação da nossa atuação no mercado chinês, através do escritório comercial em Xangai, o que complementou nossa estrutura internacional de comercialização. Ao final do período, o escritório já respondia por aproximadamente 27% das vendas de celulose de mercado. Outras conquistas se somaram na Unidade de Negócio Papel. O destaque foi o mapeamento de processos comerciais e logísticos ocorrido no âmbito do Projeto Visão, que busca melhorar o nível dos serviços prestados aos clientes. A iniciativa tem como foco o balanceamento de estoques, a ampliação da eficiência logística e o planejamento da produção, principalmente para o mercado externo. Também lançamos novos produtos - ColorLok, Repor® Carbono Zero e TP Pharma - que já respondem por 16% de nossas vendas - e fechamos parceria na Europa para a produção do primeiro envelope do mundo certificado pelo Forest Stewardship Council (FSC).

Na área florestal, nos posicionamos entre as empresas que mais plantaram no ano - cerca de 48 mil hectares ou 64 milhões de árvores e mantivemos todos os projetos de crescimento. O Projeto *Vale Floresta* foi uma das iniciativas que contribuíram para o aperfeiçoamento do plano estratégico da Unidade Florestal, para a modernização de processos e reorganização e reforço da equipe. Esses avanços, tanto no volume como na qualidade dos negócios, estão amparados por um importante diferencial, que fortalece nossa competitividade nos mercados nacional e internacional: todas as nossas florestas e todos os nossos produtos são certificados por organismos mundialmente reconhecidos. Em 2008, avançamos ainda mais nesse sentido ao buscarmos a certificação também para nossas áreas fomentadas de produção de madeira. Encerramos o período com 5,0 mil hectares recomendados para certificação, o que corresponde a 6% do volume de madeira de fomento da Unidade Mucuri. Também demos continuidade ao projeto que estende a certificação às cadeias de custódia das gráficas e chegamos ao final do período com 21 empresas já referendadas pelo FSC. Foi também em 2008 que investimos mais intensamente em uma de nossas prioridades que compõem nossa estratégia em Sustentabilidade, a educação de crianças e jovens, condição básica para o desenvolvimento individual e o crescimento da cidadania. Com o Programa Educar e Formar, um amplo conjunto de ações voltadas para elevar a qualidade de ensino e a competência da gestão educacional nos municípios em que estamos presentes, chegamos a seis municípios no sul da Bahia (Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaca, Teixeira de Freitas e Birapuaçu), além em três frentes inter-relacionadas: apoio a aprendizagem, em parceria com Instituto Ayrton Senna, reforma de escolas e incentivo à leitura, juntamente com o Instituto Ecofuturo. Em 2008, envolvemos no projeto 17 mil alunos do Ensino Fundamental, entre 1ª e 4ª séries, capacitamos 393 professores, entregamos 14.390 livros paradidáticos e 1.865 kits de materiais didáticos, além de reformar 60 escolas, construindo em cada uma delas salas de leitura ou bibliotecas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2008

1. Visão Geral

Sob a denominação Suzano Papel e Celulose, somos uma companhia de base florestal posicionada entre as maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina. Com 85 anos de experiência no mercado de papel e celulose, nosso modelo de atuação está baseado no tripé que contempla (1) acionista controlador definido, (2) gestores profissionais e (3) presença consolidada no mercado de capitais. Parte integrante do Grupo Suzano, somos uma empresa de capital aberto desde 1981, com mais de 4 mil acionistas, sendo a Suzano Holding nosso acionista controlador.

Nossa estratégia de atuação está concentrada em duas linhas de produtos: celulose de mercado, vendida principalmente a produtores de diferentes tipos de papel nas diversas regiões do mundo, sendo nosso foco as exportações; e papéis, vendidos principalmente nos mercados latino-americanos, especialmente no Brasil. Atualmente colocamos à disposição dos clientes um portfólio com 4 linhas de papel - (i) não revestidos em bobinas ou folhas, (ii) não revestidos no formato cutsize ou papéis para escritório, (iii) revestidos e (iv) papelcartão - e diversas marcas, como Paperfect, Alta Alvura, Reciclado Pólen, TpPremium, Supremo e Report.

No Brasil, mantemos quatro unidades industriais: uma em Mucuri, na Bahia e três unidades no interior paulista: duas em Suzano e uma em Embu. Além disso, detemos 50% do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Compapel), principal unidade industrial integrada de papel e celulose adquirida da Ripasa, localizada em Americana (SP), e atualmente operada sob a modalidade de consórcio. Nossas áreas florestais e as áreas dos fornecedores fomentados de madeira estão situadas no sul da Bahia, norte do Espírito Santo, interior de São Paulo e nordeste de Minas Gerais.

Nossa estrutura organizacional contempla três Unidades de Negócio - Papel, Celulose e Florestal - e quatro áreas Prestadoras de Serviços: Operações; Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores; Finanças; e Recursos Humanos. A SPP-Nemo, distribuidora de papéis, com sede em São Paulo e operações em outras 11 localidades em todo o Brasil, também integra nossa Unidade de Negócio Papel.

Atualmente contamos com 3.540 colaboradores distribuídos nas Unidades de Negócio e Prestadoras de Serviços no Brasil, além de 175 profissionais, alocados na Argentina (Stenlar), América do Norte (Suzano Pulp and Paper America), Europa (Sun Paper e Suzano Pulp and Paper Europe) e Ásia (Suzano Pulp and Paper Asia).

Atuamos sob os princípios da Sustentabilidade, que para nós significa a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem. Isso implica construir bases para um crescimento que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade com todas as partes interessadas. Essa ótica de gestão dos negócios nos tem levado a alcançar consistentes melhorias em nossos resultados operacionais nos últimos 4 anos. Em 2008 registramos volume recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas e recorde de vendas de 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado, 23% acima do exercício anterior; receita líquida também recorde de R\$ 4,1 bilhões, elevação de 19% em relação a 2007; e EBITDA recorde de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 42% comparado ao ano anterior. Entretanto, a forte desvalorização do Real verificada no segundo semestre do ano provocou um prejuízo contábil de R\$ 451 milhões devido ao impacto da variação cambial no montante de dívida denominada em moeda estrangeira.

Além dos importantes recordes registrados, comemoramos uma grande conquista no ano: o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), o mais importante reconhecimento da excelência na gestão das organizações brasileiras, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNU). Ele é fruto do nosso empenho na adoção e aplicação do Modelo de Excelência da Gestão, o que exigiu mudanças, adequações e a superação de uma série de desafios, como a reestruturação de cargos, salários e benefícios em todas as áreas da empresa e o aperfeiçoamento do modelo de gestão de riscos.

Além das conquistas e realizações no âmbito da gestão e dos resultados operacionais obtidos em 2008, consolidamos e comunicamos ao mercado nossos planos para o novo ciclo de crescimento da Suzano, que nos permitirá atingir um novo patamar de capacidade de produção de celulose de mercado nos próximos anos.

2. Cenário Econômico

O ano de 2008 foi marcado pela reversão rápida e de grande magnitude, a partir do terceiro trimestre, do cenário econômico que prevaleceu nos últimos anos. As perdas dos sistemas financeiros nos Estados Unidos e Europa, iniciadas com o colapso do mercado de hipotecas, causaram a série crônica de confiança e o sentimento de aversão a riscos que drenaram a liquidez dos mercados, forçando a uma onda de consolidação ou estatização de bancos, empresas seguradoras e de crédito imobiliário. A escassez de crédito foi o mecanismo de transmissão através do qual a crise financeira provocou, logo em seguida, a desaceleração das economias reais em todo o mundo.

Os preços de diversas *commodities*, após atingirem recordes históricos na primeira metade de 2008, sofreram fortes recuos ao longo do segundo semestre, com destaque para a queda de preços do petróleo. A cotação do barril do tipo Brent, que chegou a atingir US\$ 145 em julho de 2008, fechou o ano em US\$ 42, uma queda de 56%. Assim, as pressões inflacionárias que rondavam as principais economias arrefeceram, dando margem aos principais Bancos Centrais para cortar taxas de juros, na tentativa de conter as agudas quedas nos níveis de atividade.

No Brasil, os efeitos da maior aversão a riscos foram sentidos e a longa trajetória de apreciação do Real foi interrompida a partir do mês de setembro. A taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano atingiu a cotação de R\$ 2,34/US\$ em 31 de dezembro de 2008, com depreciação de 32% do Real frente ao Dólar no ano. O cenário de desaceleração econômica global traz grandes desafios e oportunidades para a Companhia, que por um lado poderá se beneficiar da depreciação do Real e da queda de preços de insumos e, por outro, poderá enfrentar pressões sobre preços e volumes de vendas.

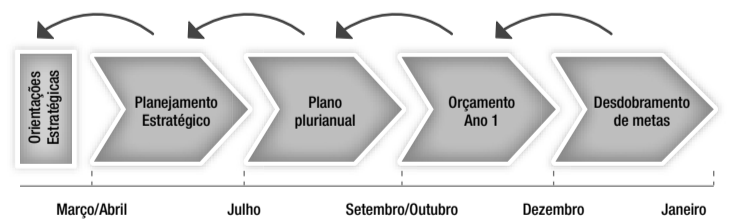
Taxa R\$/US\$	2005	2006	2007	2008
Abertura	2,65	2,34	2,14	1,77
Fechamento	2,34	2,14	1,77	2,34
Média	2,44	2,18	1,95	1,84
Variação Aber./Fech	(11,8%)	(8,7%)	(17,1%)	31,9%
Var. Média Ano Anterior	(16,8%)	(10,7%)	(10,4%)	(5,8%)

Fonte: Bacen
O Dólar Canadense iniciou 2008 cotado a CAD 0,99/US\$ e terminou o ano em CAD 1,22/US\$, com depreciação de 22% após ter rompido pela primeira vez desde a década de 1970 a barreira da paridade. O Peso Chileno e o Euro tiveram, respectivamente, depreciações de 28% e 4,2% em relação ao Dólar Norte-Americano no mesmo período. Assim, o movimento de apreciação do Dólar em relação às moedas dos principais países produtores e consumidores de celulose (dentre estes, o Real foi a que mais se desvalorizou em 2008), aliado à sensível retração dos níveis de atividade nas principais economias compradoras do produto, contribuiu para a queda dos preços médios, denominados em Dólares, de celulose no mercado internacional.

3. Estratégia de Negócios

Nosso ciclo anual de planejamento estratégico (PE), direcionado à criação de valor sustentável, contempla cinco etapas. A primeira engloba a aprovação, pelo Conselho de Administração, das orientações estratégicas compiladas a partir da formulação de cenários básicos e projeções para dez anos dos objetivos estratégicos e das questões-chaves para alcançar esses objetivos. A segunda prevê a análise de cenários e definição, com base nas questões-chave determinadas pelo Conselho de Administração, das estratégias potenciais de cada Unidade de Negócio e os projetos para sua sustentação. Posteriormente, realizamos a validação financeira das estratégias potenciais, revisamos o Plano Plurianual e os projetos nele refletidos. As duas etapas finais garantem a execução dos planos no curto prazo, sendo o orçamento detalhado na quarta etapa e, na etapa final, os indicadores e planos de ação são definidos e transformados em metas para todos os colaboradores. O ciclo do PE é anual e resulta do contínuo aperfeiçoamento ao longo dos anos.

Ciclo de Planejamento Estratégico



São cinco os nossos objetivos estratégicos: estar entre as duas maiores e mais rentáveis empresas brasileiras do setor até 2015; desenvolver o tripé controle familiar, gestão profissional e orientação para o mercado de capitais; garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atuamos e com certificações do FSC; manter a gestão de classe mundial de acordo com critérios da FNU, buscando solidez; e estar entre as dez melhores empresas para trabalhar.

Em 2008, aprofundamos as questões-chave das três Unidades de Negócio, de forma a intensificar as ações para alcançar nossos objetivos. Na Unidade Florestal, definimos uma nova estratégia capaz de proporcionar o crescimento e a produtividade do negócio de celulose e garantir outras oportunidades para a criação de valor por meio de nossos ativos florestais; na Unidade Papel, analisamos nossa estratégia de canais de distribuição na América Latina; e na Unidade Celulose, realizamos estudos para a definição de novos projetos *greenfield* e a expansão da produção em Mucuri.

Gestão
O sucesso desse novo ciclo de crescimento está amparado por nosso planejamento estratégico e pelo conhecimento acumulado ao longo de nossa trajetória, tanto em pesquisa científica e tecnológica aplicada ao manejo florestal e à produção de celulose e papel quanto em gestão administrativa e condução dos negócios. Destacamos o reconhecimento ao nosso modelo de gestão, refletido na conquista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), que atestou possuímos as técnicas mais atualizadas e bem-sucedidas de administração. Com base no modelo da FNU, estruturamos nossos negócios a partir de oito critérios de excelência - liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados - que expressam conceitos reconhecidos internacionalmente e se traduzem em práticas de organizações líderes de classe mundial. Outro diferencial é nossa gestão tecnológica, que alinha as expectativas e os projetos das áreas de negócios às soluções e desenvolvimentos tecnológicos. Com a criação do Comitê e do Subcomitê de Inovação, integramos diversas áreas internas, que trabalham juntas para que o processo de pesquisa e inovação englobe desde a criação de um produto até a sua colocação e sustentação no mercado, ou introdução de saltos tecnológicos nos processos e novos negócios. Nossa estratégia tecnológica visa a suportar nossas áreas de negócios e já permitiu a aprovação de aproximadamente 40 projetos. Nossa gestão de processos, estruturada por programas como o de Excelência Operacional, que proporcionou ganhos recorrentes de eficiência nas máquinas de papel da ordem de R\$ 43 milhões, acumulados desde 2007, e a adoção da metodologia Seis Sigma, que contribui para aumentar a produtividade em todas as áreas, é outro alicerce que garante a alta eficiência para que planeje grandes projetos e intensifiquemos o comprometimento com o crescimento sustentável de nossas operações.

4. Investimentos

Em 2008 foram investidos R\$ 483 milhões dos quais cerca de 30% foram direcionados aos projetos de crescimento.

4.1. Projeto Mucuri: Linha 2

A conclusão do projeto Mucuri nos levou a uma produção recorde de celulose em 2008. Como previsto, finalizamos, no mês de junho, a curva de aprendizado da Linha 2, a qual havia iniciado a produção em agosto de 2007. Com isso, atingimos cerca de 86 mil toneladas de produção mensal de celulose e, no

ano, o volume total desta linha foi de 870 mil toneladas. A Linha 2 de Mucuri elevou a capacidade de produção de celulose de mercado da Companhia ao novo patamar de 1,7 milhão de toneladas/ ano a partir de 2009.

4.2. Novo ciclo de crescimento

Em julho de 2008, anunciamos nossos planos para um novo ciclo de crescimento. Ele prevê três novas unidades industriais - no sul do Maranhão, no Piauí, e em um terceiro local ainda a ser definido - e a ampliação da produção da Unidade Mucuri. Assim, planejamos alcançar, já na próxima década, capacidade adicional anual de produção de celulose de 4,3 milhões de toneladas e capacidade anual de produção de papel e celulose de 7,2 milhões de toneladas.

No Maranhão, nossa base florestal inicial será instalada em parceria com a Vale, por meio dos plantios de eucalipto do programa *Vale Floresta*, no Pará, e da aquisição de ativos florestais dessa empresa, além de plantios próprios e de outros produtores locais, na forma de fomento e parcerias. No Piauí, a base florestal será composta por aproximadamente 70% de plantio próprio e 30% de outros produtores locais, por intermédio de programas de fomento e parcerias florestais. Desde a década de 1980, investimos em pesquisa e desenvolvimento de material genético para a formação de base florestal na região, que possui clima mais seco, o que nos permitirá alcançar competitividade e produtividade comparáveis às obtidas nas demais áreas onde atuamos.

Nosso projeto de expansão demandará investimentos da ordem de US\$ 6,6 bilhões, dos quais aproximadamente US\$ 700 milhões correspondem à formação florestal. Os valores foram definidos a partir de estimativas do primeiro semestre de 2008, quando os preços de materiais e equipamentos estavam em patamares superiores aos atuais.

As decisões sobre estes projetos serão discutidas e ratificadas nas próximas reuniões do Conselho de Administração.

5. Áreas de Negócios e Operações

5.1. Unidade de Negócio Florestal

Em um ano marcado pela alta produtividade do setor florestal no Brasil, nos posicionamos como uma das empresas que mais plantaram (48 mil hectares ou 64 milhões de árvores) e consumiram florestas plantadas (cerca de 11 milhões de metros cúbicos ou 35 mil hectares) no setor de papel e celulose no país. Nosso grande diferencial consiste em promovermos o crescimento sustentável das atividades, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Nossa área florestal total atinge 525 mil hectares nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão. Deste total, 233 mil hectares são ocupados por plantios de eucalipto, 91 mil hectares são destinados à infra-estrutura ou estão disponíveis para plantio e 201 mil hectares, ou quase 40% da área florestal, são destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação ambiental, que determina 20% para as reservas legais, além das áreas de preservação permanente localizadas principalmente às margens de rios.

Além da área florestal acima mencionada, já temos grande parte das terras adquiridas para as novas fábricas (Maranhão e Piauí). Para a unidade do Maranhão, além das florestas próprias, já em processo de formação, contaremos com o fornecimento de madeira das florestas da Vale (Programa *Vale Floresta*). Em ambas as localidades serão implementados novos programas de fomento e parcerias florestais.

Além disso, temos 90 mil hectares ocupados por plantios de produtores locais que participam do Programa de Fomento de Madeira e são responsáveis por parte do abastecimento industrial. A produtividade média dos nossos plantios alcançou 44 m³/hectare/ano, cerca de 3% abaixo do registrado em 2007, quando a média foi de 45 m³/hectare/ano. O decréscimo ocorreu em função dos baixos índices de chuva nos estados da Bahia e Espírito Santo no ano de 2008. Apesar disso, continuamos acima da média nacional - a maior do mundo - que é de 41 m³/hectare/ano para o eucalipto, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF.

Em volume de celulose, atingimos quase 11 toneladas/hectare/ano nas nossas áreas produtivas. Em plantios experimentais, os novos clones alcançaram 13 toneladas/hectare/ano, ou 30% mais celulose produzida com a mesma área.

Além disso, em função do foco no desenvolvimento tecnológico de materiais genéticos, pudemos iniciar o plantio em áreas de climas mais secos, como no Piauí e Maranhão. Investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones com alto potencial de adaptação, garantindo produtividade e resistência a doenças.

Para as novas fábricas, já contamos com experiência e investimento em tecnologia florestal há mais de duas décadas. Isso permite plantios comerciais nestas regiões com pouca tradição em silvicultura e com produtividades esperadas acima de 40m³/ha/ano.

Detemos, desde 2006, o maior escopo de certificações florestais do mundo, com o ISO 14.001, ISO 9.001 e OHSAS 18.001. Além disso, nossas florestas próprias são certificadas pelo FSC, um reconhecimento de que nosso manejo atende aos mais altos padrões de exigências sociais, ambientais e econômicas. Em janeiro de 2008, por meio de um projeto pioneiro no setor de papel e celulose, iniciamos estudos para ampliar a certificação FSC para as áreas do Programa de Fomento de Madeira. Nosso objetivo é tornar os parceiros cada vez mais alinhados aos nossos objetivos de criação de renda sustentável, modernização das relações de trabalho e ampliação do conhecimento pela troca de experiências. Foram recomendadas para a certificação FSC, três produtores participantes do nosso Programa de Fomento com área total de 5 mil hectares, sendo 3,5 mil hectares com plantio de eucalipto, ou 6% do volume de fomento da Unidade Mucuri.

Nossas conquistas foram reforçadas pelo aperfeiçoamento do plano estratégico da Unidade Florestal promovido pelo Projeto *Vale Floresta*. A iniciativa permitiu o fortalecimento da equipe e a modernização de processos por meio do mapeamento de nossos diferenciais no negócio florestal e pela identificação de oportunidades que traduzem essas vantagens em competitividade, tanto no negócio papel e celulose quanto em alternativas de novos negócios. O projeto nos permitirá aumentar ainda mais a eficiência na utilização dos recursos nos ativos florestais, produzindo mais madeira na mesma área, com menor utilização de agroquímicos, aumentando a taxa de absorção de CO² por hectare plantado e assim garantindo a sustentabilidade.

5.2. Unidade de Negócio Celulose

O ano de 2008 apresentou duas tendências opostas na demanda por celulose de mercado: de janeiro a junho, os embarques mundiais, em todos os meses, apresentaram aumentos frente à performance do ano anterior; a partir de julho, a indústria registrou tendência de queda na demanda, chegando a seu menor nível em novembro. Em dezembro, os embarques apresentaram uma retomada, impulsionados pelos volumes vendidos a produtores de papel chineses, que incrementaram suas compras em função da significativa queda de preços. No acumulado de 2008, houve um decréscimo de 0,9% no consumo mundial de celulose de mercado¹.

Em relação aos principais mercados² pode-se apontar o seguinte:

- a) Europa Ocidental: a reversão na tendência da demanda se deu após o fim do verão no hemisfério norte, quando a esperada retomada no consumo de papel e celulose não se materializou, muito em função da intensificação da crise global. No acumulado do ano, a demanda na região caiu 2,3%.
- b) China: A queda no consumo se deu de forma abrupta a partir de agosto, após o fim dos Jogos Olímpicos, com constantes reduções nos embarques até seu menor nível, em outubro. Em dezembro, verificou-se aumento recorde no volume de embarques para a China. O consumo total em 2008 foi 14,2% superior ao de 2007.
- c) América do Norte: apresentou demanda abaixo do patamar de 2007 desde o mês de março, com sensível decréscimo em outubro. Dentre as três regiões, foi a que apresentou a maior queda na demanda ao longo de 2008: 8,2%.

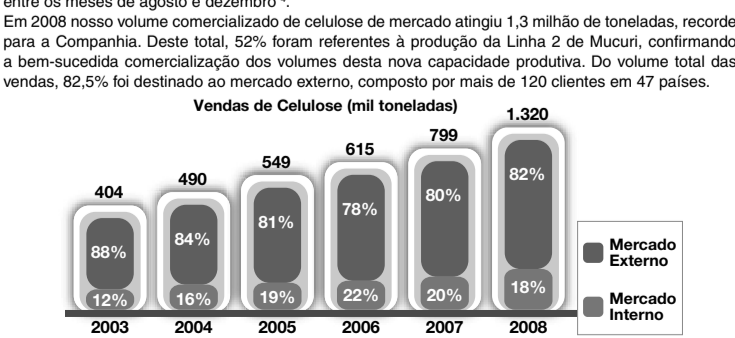
Apesar da forte oscilação na demanda mundial, 2008 foi um ano positivo para os produtores de celulose de eucalipto. A demanda global por esta fibra cresceu 11,8% ao longo do ano, com destaque para China (+40,6%), Europa Ocidental (+9,8%) e América do Norte (+7,3%). Especificamente no caso da China, o país consumiu 340 mil toneladas a mais de celulose de eucalipto em 2008, sendo que deste volume adicional aproximadamente 38,6% foi fornecido pela Suzano Papel e Celulose.

A produção mundial de celulose apresentou resultado 6% superior ao do ano anterior³, em função de novas capacidades iniciadas no final de 2007 e ao longo de 2008. Contudo, no primeiro semestre do ano ocorreram problemas logísticos, produtivos e de acesso a matérias-primas que restringiram o fornecimento de celulose de mercado. Estes fatores, em conjunto com a forte demanda do mesmo período, contribuíram para a manutenção dos estoques globais em torno dos 32 dias de produção. Já na segunda metade de 2008, tais entraves foram eliminados parcial ou integralmente, ao mesmo tempo em que a demanda global iniciou sua curva descendente. Como consequência, os estoques globais de celulose de mercado apresentaram forte crescimento, saltando para 46 dias de produção (53 dias para fibra curta e 40 dias para fibra longa)¹, em dezembro.

A conjugação da queda na demanda, aumento dos estoques de celulose de mercado, crise financeira global e forte oscilação na cotação das divisas internacionais reverteram a tendência de alta nos preços da celulose de mercado a partir da segunda metade de 2008. O preço-lista da celulose de eucalipto CIF Europa partiu de US\$ 780/tonelada em janeiro, manteve-se no valor máximo de US\$ 840/tonelada entre os meses de abril e agosto e terminou o ano cotado a US\$ 600/tonelada em dezembro, representando uma queda de 23% no ano³. A média do preço de celulose de fibra curta para Europa, em 2008, foi de US\$ 781/tonelada, equivalente a um aumento de 10% frente à média de 2007. Considerando uma taxa de câmbio médio de R\$ 1,84/US\$ o preço médio de lista CIF Europa em Reais foi 3,8% maior que 2007, cerca de R\$ 1.437 por tonelada. Apesar da significativa queda dos preços em Dólar entre agosto e dezembro, a desvalorização da moeda brasileira fez com que os preços em Reais ficassem praticamente estáveis em relação ao primeiro semestre de 2008.

O preço-lista da fibra longa apresentou comportamento semelhante, sendo cotado a US\$ 850/tonelada em janeiro e terminando o ano a US\$ 650/tonelada em dezembro, representando uma queda de 23,5%. No ano, a média foi de US\$ 837/tonelada, 3% inferior ao praticado no ano anterior³. Frente a este cenário, a indústria global de papel e celulose reagiu por meio de paradas temporárias na produção de celulose de mercado, deixando de produzir aproximadamente 2,2 milhões de toneladas entre os meses de agosto e dezembro⁴.

Em 2008 nossa volume comercializado de celulose de mercado atingiu 1,3 milhão de toneladas, recorde para a Companhia. Deste total, 52% foram referentes à produção da Linha 2 de Mucuri, confirmando a bem-sucedida comercialização dos volumes desta nova capacidade produtiva. Do volume total das vendas, 82,5% foi destinado ao mercado externo, composto por mais de 120 clientes em 47 países.



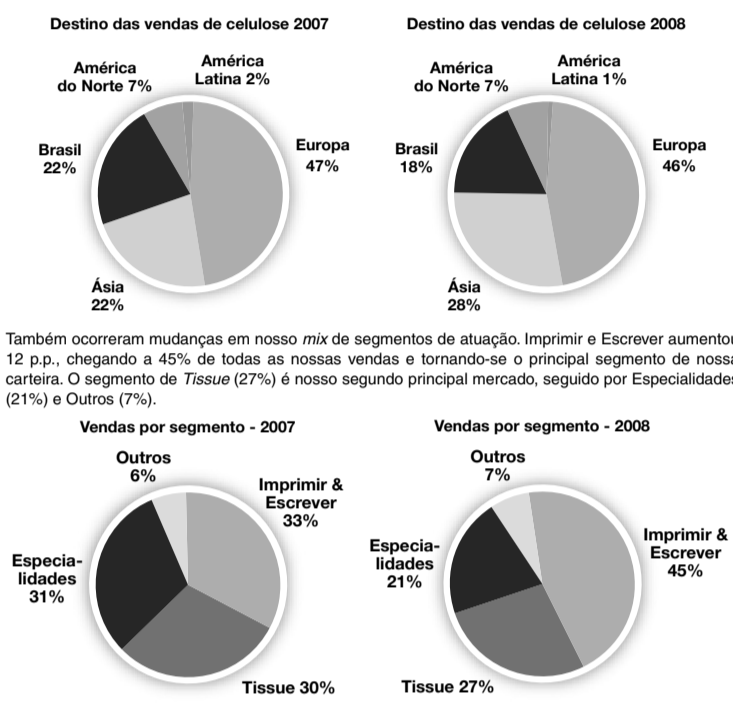
As exportações para os quais destinamos nossa produção estão apresentadas nos gráficos abaixo. Em 2008, registamos 1,1 milhão de toneladas, volume 70,6% superior às 638 mil toneladas de 2007. Neste ano, direcionamos uma parcela maior das nossas vendas a países com maior crescimento na demanda por celulose de mercado, especialmente na Ásia.

Somos signatários do Pacto Global, criado pela ONU (Organização das Nações Unidas), desde 2003, e não só acreditamos nestes princípios como eles permeiam todas as ações de responsabilidade social corporativa que desenvolvemos junto aos nossos colaboradores e prestadores de serviço. Prova disso foi a implantação do Programa Acidente Zero, ainda em 2007, em todas as unidades industriais e florestais, cujas práticas conscientizadoras contribuíram para a redução, em 2008, em 75% do número de acidentes com afastamento, considerando-se funcionários próprios e terceiros, o que nos levou a atingir padrões de nível internacional em segurança ocupacional, nos equiparando a empresas consideradas referência no assunto. Mais do que isso, este esforço demonstra o quanto o assunto é relevante e como está refletido nas metas da direção da Suzano.

Mudanças na nossa estrutura organizacional foram implantadas em 2008 para fazer frente a todos os planos de crescimento de nossa Empresa e para prepará-la de forma estruturada para os próximos desafios, além de atender às expectativas do mercado. André Dorf assumiu a Diretoria Executiva de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores e Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Júnior a Diretoria Executiva da Unidade de Negócio Papel. Para ocupar o cargo de Diretor Executivo de Recursos Humanos foi convidado Carlos Alberto Griner, que atuava nos últimos dez anos na GE. O empenho do nosso grupo de colaboradores foi traduzido em 2008 por vários reconhecimentos externos, como a premiação da edição Melhores e Maiores da Revista Exame, que pelo terceiro ano consecutivo posicionou a Suzano como a Melhor Empresa do Setor de Papel e Celulose. Também de forma consecutiva, agora pela quinta vez, fomos reconhecidos como empresa-modelo pelo Guia Exame de Sustentabilidade. A revista Globo Rural, por intermédio da edição As Melhores Empresas do Agronegócio, também elegeu a Suzano como a melhor do setor, pelo segundo ano consecutivo. Nossa empresa foi incluída no ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - pelo quarto ano consecutivo.

Todas essas iniciativas estão sintonizadas à nossa forma sustentável de conduzir os negócios, que privilegia o relacionamento de qualidade com todos os *stakeholders*. Aos colaboradores - cujo empenho foi fundamental para a superação de muitos dos *challenges* - procuramos oferecer o melhor clima para se trabalhar, oportunidades de crescimento pessoal e profissional e recursos para a melhoria da qualidade de vida. Além disso, investimos em uma série de projetos para que também fornecedores e clientes impulsionem seus negócios, como o desenvolvimento de parcerias e, assim, buscamos a obtenção de bons resultados para nossos acionistas e para toda a sociedade. Mantemos uma relação transparente e séria com organizações não-governamentais e com os governos, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas. E, sobretudo, exercemos nossas atividades com o máximo respeito ao meio ambiente, não apenas para garantir a perenidade dos negócios, mas para contribuir com a construção de um futuro melhor para as próximas gerações. Agradecemos a todos que nos ajudaram a fazer de 2008 mais um ano de superação, apesar das oscilações do cenário econômico mundial. A crise financeira pela qual estamos passando exige que continuemos a ser cada vez mais inovadores, mantendo nossas relações de qualidade, para que possamos crescer motivados e em linha com nossos planos estratégicos.

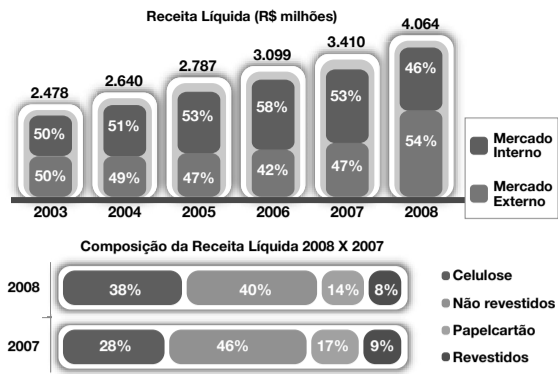
Antonio Maciel Neto
Diretor-Presidente



Também ocorreram mudanças em nosso *mix* de segmentos de atuação. Imprimir e Escrever aumentou 12 p.p., chegando a 45% de todas as nossas vendas e tornando-se o principal segmento de nossa carteira. O segmento de *Tissue* (27%) é nosso segundo principal mercado, seguido por Especialidades (21%) e Outros (7%).

5.3. Unidade de Negócio Papel

Em 2008, o contexto global no setor de papel foi marcado por elevação dos preços internacionais, provocada principalmente pela consolidação e racionalização da produção na América do Norte e Europa Ocidental, principais mercados consumidores. Segundo a RISI, as capacidades de produção de papel para imprimir e escrever nestas regiões decresceram 3,7% e 2,7%, respectivamente. Em contrapartida, a Ásia continuou concentrando os principais



Vendas:
Alcançamos o maior volume de vendas de celulose da história da Companhia, 1,3 milhão de toneladas em 2008, cuja receita líquida foi de R\$ 1,5 bilhão, 64,8% superior ao registrado em 2007. Nosso preço médio líquido de venda no mercado internacional atingiu US\$ 639/tonelada em 2008, comparado a US\$ 609/tonelada em 2007. O volume exportado de celulose atingiu 82,5% do total, em comparação a 79,8% em 2007. Tivemos um preço médio líquido (MI + ME) em Reais de R\$ 1.166/tonelada, em linha (-0,2%) com o praticado em 2007, reflexo do aumento do preço médio líquido (MI + ME) em Dólar de 5,9% e da valorização de 5,8% do Real frente ao Dólar médio.

Atingimos recorde de vendas de papel em 2008 de 1,2 milhão de toneladas, que gerou receita líquida de R\$ 2,5 bilhões em 2008, aumento de 2,7% em comparação a 2007. O preço médio líquido em Reais foi de R\$ 2.173/tonelada, apresentando ligeira queda (-0,5%) em comparação a 2007. No mercado interno tivemos um preço médio líquido de papel de R\$ 2.413/tonelada representando uma redução de 0,5% com relação ao ano anterior. No preço médio líquido do mercado externo tivemos um incremento de US\$ 74/tonelada. Em Reais, o preço médio líquido das exportações atingiu R\$ 1.861/tonelada, 1,5% superior ao ano anterior.

EBITDA (Lucro operacional eliminando-se os efeitos do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, depreciação e amortização incluídos nesse lucro operacional).
Um novo recorde de geração de caixa, medido pelo EBITDA ajustado, foi atingido em 2008: R\$ 1,5 bilhão (US\$ 800 milhões), aumento de 42,1% em comparação a 2007. A margem EBITDA ajustado em 2008 alcançou 36,2%, ou 5,8 p.p acima da margem registrada em 2007. Esta forte geração de caixa, aliada à considerável disponibilidade de recursos em caixa e linhas de crédito de médio e longo prazos, assegurará uma base sólida para os investimentos de nosso próximo ciclo de crescimento.

R\$ Milhões	2007	2008
EBITDA Ajustado (antes das alterações da Lei 11.638/07 e MP 449/08)	1.151,0	1.487,3
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	11,2	13,8
Resultado não operacional, classificado na rubrica de resultado operacional (127,9)	(127,9)	(31,9)
EBITDA Ajustado (após a aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08)	1.034,3	1.469,2

Fonte: Bacon
Nota: Os ajustes do resultado não operacional de 2007 e 2008 incluem:
(i) provisão para passivos atuariais
(ii) provisão, lucro ou perda em venda/baixa de ativos imobilizados ou investimentos.
Lucro (Prejuízo) Líquido
Em 2008 a Companhia apresentou prejuízo líquido contábil de R\$ 451 milhões, impactado, principalmente, pelas despesas com variações cambiais e monetárias no valor de R\$ 1 bilhão. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à forte depreciação de 32% do Real frente ao Dólar em 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

R\$ Milhões	2007	2008
Lucro (Prejuízo) Líquido (antes das alterações da Lei 11.638/07 e MP 449/08)	539,4	(435,1)
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	3,0	(14,1)
Mensuração à valor justo de aplicações financeiras classificadas como destinadas à negociação e derivativos	(7,2)	(10,5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	1,4	8,4
Lucro (Prejuízo) Líquido (após a aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08)	536,6	(451,3)

6.2. Fluxo de Caixa e Dívida
Em 31 de dezembro de 2008, a dívida líquida consolidada era de R\$ 5,5 bilhões, o que representa uma relação de 3,7 vezes a geração de caixa no período (medida pelo EBITDA ajustado). Este aumento deve-se, sobretudo, ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da forte desvalorização do Real (32%) no ano de 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

Mantivemos o caixa e equivalentes de caixa em nível elevado ao longo do ano, e encerramos o exercício de 2008 com saldo robusto de R\$ 2,2 bilhões, comparado a R\$ 1,3 bilhão em 2007. Entre os principais eventos que contribuíram para o aumento do endividamento nominal, além da já referida variação cambial sobre a dívida em Dólares, estão: (i) os desembolsos de R\$ 483 milhões para o pagamento de investimentos operacionais; e (ii) as despesas financeiras líquidas de R\$ 541 milhões. Por outro lado, contribuiu para a redução do endividamento o crescimento da geração de caixa no período que, medida pelo EBITDA ajustado, atingiu R\$ 1,5 bilhão.

6.3. Gestão de riscos empresariais
Em 2008 temos vários e importantes passos para o aperfeiçoamento de nosso modelo de gerenciamento de riscos. A estruturação de comitês e subcomitês, concluída no período, contemplou a criação do Subcomitê de Riscos, subordinado ao Comitê de Estratégia e responsável, entre outras tarefas, por acompanhar a aplicação da metodologia do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) na organização e disseminar internamente suas orientações e melhores práticas.

O trabalho é organizado em ciclos anuais sincronizados com nossos ciclos de planejamento estratégico. No ciclo de 2006, nos concentramos no mapeamento e na quantificação, com base na ponderação entre o impacto financeiro e a probabilidade de ocorrência, medida que fornece o impacto financeiro esperado, dos riscos para as unidades de negócio. No ano seguinte, ao mesmo tempo em que as unidades de negócio se dedicaram à revisão dos eventos já mapeados, estendemos essa fase da aplicação do COSO a todas as demais áreas, incluindo as prestadoras de serviço. O resultado foi o levantamento dos eventos de risco relevantes, estratégicos e operacionais, para cada um dos quais elaboramos planos de ação (medidas a serem adotadas para aprimorar as ações já existentes para o gerenciamento dos riscos), planos de contingência (medidas que devem ser adotadas caso os riscos se materializem) e planos de controle (monitoramento das variáveis-chave que indicam o crescimento do impacto financeiro ou da probabilidade de ocorrência dos eventos de risco).

Em 2008 nos concentramos na seleção dos eventos prioritários, tanto para nossos objetivos estratégicos como para a sustentabilidade dos negócios, para os quais deveríamos revisar os planos de ação, contingência e controle detalhando-os de modo minucioso, como forma de adequar os níveis de resposta a estes riscos à sua relevância. O critério adotado para elegê-los foi o impacto financeiro esperado, priorizando-se os riscos com capacidade de gerar maiores impactos financeiros e estratégicos (mesmo que com probabilidade de ocorrência relativamente baixa). A aplicação dessa metodologia é fundamental para a manutenção e gestão do conhecimento interno, além ser forte aliada para atravessarmos a crise financeira mundial com serenidade. Ainda no ciclo de 2009, pretendemos aprimorar os mecanismos de *Reporting e Compliance*, como forma de adequá-los às melhores práticas em processos de gestão de riscos na metodologia do COSO.

6.3.1. Riscos econômico-financeiros
Um dos principais riscos econômico-financeiros a que estamos expostos em moeda estrangeira é a volatilidade do Real frente ao Dólar, uma vez que parte significativa das receitas e do endividamento da Companhia é denominada nesta moeda. Nossa política de *hedge* é norteada pelo fato de que cerca de 54% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares. Este *hedge* natural permite conciliar o fluxo de pagamentos dos financiamentos e das demais obrigações denominadas em Dólares com o fluxo de recebimentos das vendas. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio, com uso de operações à vista e nos mercados de futuros para buscar as melhores oportunidades de contratação destas vendas. Em 31 de dezembro de 2008, havia US\$ 300 milhões em operações contratadas para venda futura de Dólares.

Além disso, são celebrados também contratos para a *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros. Como estratégia de proteção contra a volatilidade do risco-país e a eventual indisponibilidade de linhas de financiamento, adotamos uma política de manter o perfil alongado de nossa dívida, com redução do risco de rolagem. Em 31/12/2008, o *duration* da dívida de longo prazo era de 3,6 anos, em comparação a 4,0 anos em 2007.

7. Mercado de Capitais
Nosso capital social é representado por 107.821.512 ações ordinárias (SUZB3) e 206.660.984 ações preferenciais (SUZB5 e SUZB6), totalizando 314.482.496 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Desse total, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía 2.368.002 ações preferenciais e 5.428.955 ações ordinárias em tesouraria. Ao final de 2008, as ações preferenciais SUZB5 estavam cotadas a R\$ 12,09. Os papéis da Companhia integram o Nível 1 de governança corporativa e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa.

Nossas ações apresentaram, em 2008, desvalorização de 57%, ante desvalorização de 40% do Ibovespa e de 42% do IBRX-50. Tal movimento decorreu, principalmente, do quadro de enxugamento da liquidez internacional e crescente aversão ao risco acarretado pela crise financeira no segundo semestre de 2008, que levou à fuga de capital dos mercados de renda variável e à saída de parte do capital estrangeiro anteriormente investido no Brasil. Somou-se a isso a mudança das condições de mercado de celulose, com reduções de preço devido à queda na demanda internacional. Em função desse quadro, nosso valor de mercado totalizou R\$ 3,7 bilhões em comparação a R\$ 9 bilhões no final do ano de 2007.

No ano de 2008, registramos uma média de 559 negócios ao dia e volume médio diário de R\$ 12 milhões. O *free float* em 2008 atingiu 46,3% do total das ações.

8. Governança Corporativa
Nossos princípios de governança corporativa contemplam elevados padrões de transparência e profissionalismo e a adoção das melhores práticas. Como sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), buscamos estreitar continuamente o relacionamento com o mercado de capitais e com nossos investidores. Facilitamos a eles a avaliação do nosso desempenho em relação às empresas concorrentes e demonstramos, de forma clara, nossas estratégias de crescimento.

Para reforçar ainda mais esses laços, criamos a Diretoria de Estratégia, Novos Negócios e Relações

com Investidores em 2008, que tem como tarefas identificar, criar e implementar projetos estratégicos, promover análises de oportunidades e aperfeiçoar o diálogo com os investidores. A nova Diretoria pode ser contatada por meio de telefone (11 - 3503-9061) ou endereço eletrônico (ri@suzano.com.br).

Princípios e Código
Mantemos o Código de Conduta, como forma de comprometer administradores, gestores e colaboradores com os princípios éticos que norteiam nosso comportamento empresarial. O documento, disseminado entre todos os stakeholders, é atualizado a cada dois anos, sendo o Comitê de Conduta o órgão responsável pelo encaminhamento das inclusões e melhorias propostas. A aprovação, tanto do Código como de suas atualizações, cabe ao Conselho de Administração. Para fortalecer nossos princípios éticos e garantir seu cumprimento, mantemos ainda Ouvidores Internos, responsáveis por disseminar as diretrizes, esclarecer possíveis dúvidas e receber relatos de conflitos de natureza ética ou de desvio de conduta; Ouvidores Gerais, aos quais cabe coordenar as ações dos Ouvidores Internos e encaminhar as denúncias recebidas aos membros do Comitê de Conduta; e Ouvidoria Externa, um canal adicional para o encaminhamento de relatos, por telefone (0800 771 4060) ou pela Internet (ouvidoriaexterna@austernet.com.br), coordenado por empresa externa contratada para esse fim.

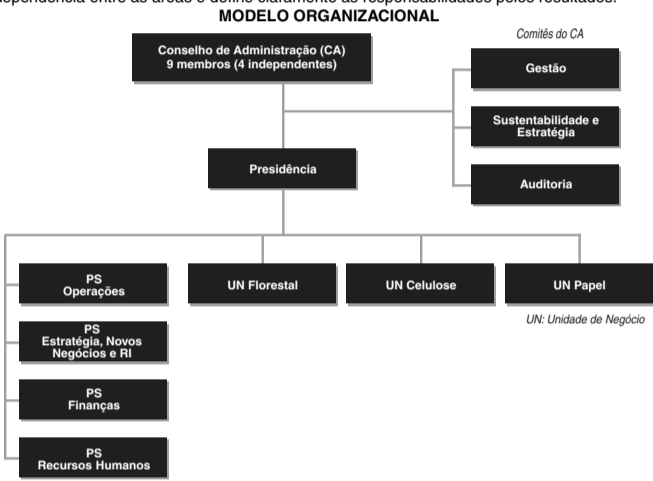
Auditoria e controles internos
Recorremos a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação de nossos resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria.

Desde 2004, mantemos como prestadora de serviços de auditoria independente, a Ernest & Young Auditores Independentes S.S., cujos trabalhos, restritos ao escopo da auditoria, possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados aos aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

Estrutura organizacional
Com foco no crescimento sustentável e rentável, nossa gestão é exercida pelo Conselho de Administração - com o suporte do Comitê de Gestão, Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e Comitê de Auditoria - e pela Diretoria Executiva. Mantemos ainda um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes.

Conselho de Administração
É integrado por nove conselheiros efetivos - sendo um presidente e dois vice-presidentes, além de um membro honorário, todos com mandatos de dois anos, sendo permitida reeleição. Segundo o critério do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), quatro conselheiros são independentes. Todos se reúnem ordinariamente a cada três meses e, sempre que for necessário, extraordinariamente. Em apoio ao Conselho de Administração, o Comitê de Gestão tem como foco as áreas de finanças, orçamento e controle, gestão de talentos, remuneração de executivos, assuntos legais, novos negócios, investimentos e relacionamento com o mercado e investidores e formulação de políticas corporativas. Também cabe ao órgão acompanhar os resultados e o desempenho dos executivos, de forma a assegurar a aderência às metas e aos objetivos delineados no planejamento estratégico, no Plano Plurianual e no orçamento. O Comitê de Sustentabilidade e Estratégia acompanha e fornece subsídios à nossa estratégia de longo prazo e ao seu planejamento, além de disseminar o conceito estratégico de Sustentabilidade para garantir a adoção de padrões mundiais de excelência. Já ao Comitê de Auditoria compete analisar as demonstrações financeiras, para assegurar que Diretoria Executiva desenvolva e adote controles internos confiáveis; fiscalizar os trabalhos de auditorias interna e externa, assim como os controles internos, para que desempenhem suas funções de forma independente entre si; e zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e das políticas corporativas para as áreas ambiental e de saúde e segurança.

Modelo Organizacional
O modelo organizacional da Suzano Papel e Celulose alicerçado no Modelo Matricial, com Unidades de Negócio e Prestadoras de Serviços (UNs e PSs), o que assegura a proatividade, cooperação e interdependência entre as áreas e define claramente as responsabilidades pelos resultados:



Em reforço à nossa estrutura organizacional, consolidamos em 2008 a sistematização de comitês, sub-comitês e grupos de trabalho, em sintonia com nosso Modelo de Excelência da Gestão, que proporciona a integração entre as diferentes áreas internas e intensifica o aprendizado e a disseminação de práticas e assuntos estratégicos.

A tomada de decisão é realizada por meio de dois sistemas colegiados e interligados de deliberação e comunicação:
1. Sistema de reuniões hierárquicas de alinhamento: responsável pelo desdobramento e comunicação da linha gerencial até o nível operacional e acompanhamento dos planos e metas.
2. Sistema de reuniões dos comitês transversais: assegura a integração de todas as áreas e níveis relevantes na tomada de decisões, harmonizando enfoque, objetivos e uma comunicação eficiente. São nove os comitês: Estratégia, Gestão de Pessoas, Excelência Operacional, Sistema Integrado e Normalização, Inovação, Fiscal Tributário, Investimentos, Gestão Internacional e Socioambiental. Os subcomitês e grupos de trabalho apoiam os comitês deliberando sobre assuntos específicos e levando recomendações para aprovação dos mesmos. Esta estrutura promove oportunidades de desenvolvimento profissional e a comunicação gerencial permanente com os colaboradores.

9. Meio ambiente
Em conformidade com nossa política de melhoria contínua de desempenho ambiental, investimos R\$ 7,5 milhões em nossas unidades industriais em 2008. Os recursos foram concentrados na infraestrutura de gestão e tratamento final de resíduos sólidos, em novos sistemas de captação e tratamento de gases odoríferos, na otimização das Estações de Tratamento de Efluentes e no monitoramento ambiental. Além disso, também investimos mais de R\$ 2,5 milhões nas unidades florestais.

Concluímos a renovação das licenças de operação nas unidades Suzano, Rio Verde e Embu, passamos por auditorias de manutenção das normas ISO 9001 nas unidades Suzano, Rio Verde e Mucuri, ISO 14001 nas unidades Mucuri e Embu, OHSAS 18001 nas unidades Mucuri, Suzano e Rio Verde, e conquistamos a certificação ISO 14001 em Suzano e Rio Verde, e ISO 9001 em Embu. Todas as nossas áreas florestais produtivas de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais são certificadas pela norma NBR ISO 14001: 2004 e auditadas periodicamente pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI). Em 2008 mantivemos as certificações pelo Forest Stewardship Council (FSC) nas áreas florestais de São Paulo, Bahia e Espírito Santo.

Nossas adequações no manejo das matas de eucalipto nos viveiros têm resultado em significativas reduções de consumo de água e fungicidas. Entre 2003 e 2008, em nosso maior viveiro, em Mucuri, a diminuição foi de 35,3% no consumo de água, sendo 5% em 2008. Nos fungicidas a redução desde 2003 foi da ordem de 53,9% (17,2% em 2008).

Outro destaque do ano foi a aplicação, na Unidade de Negócio Florestal, do software Bioindex (Índice de Diversidade Biológica), uma ferramenta de gestão que permite a avaliação dos dados de nossa base cartográfica. Por meio da compilação de informações das áreas naturais (estágio de conservação, grau de concentração de fragmentos e seu formato) e de planos de eucalipto (tipo de vegetação, borda, fragmentação, mosaico de idades e clones), podemos planejar nossas atividades de forma a obtermos melhora gradativa da biodiversidade por glebas (mosaicos constituídos por talhões de plantas de eucalipto, estradas e cursos d'água, além de áreas naturais, como a Mata Atlântica ou o Cerrado). Pela utilização do Bioindex, o Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro nos incluiu no ranking 2008 de Melhores Práticas de Gestão Socioambiental.

Ainda em 2008, lançamos em julho o Repor® Carbono Zero, o primeiro papel fabricado no Brasil em escala industrial que compensa a emissão de gases de efeito estufa durante o processo produtivo por meio do plantio de árvores. Para marcar o lançamento do produto, no dia 12 de julho, promovemos o plantio de 150 mudas de espécies nativas às margens do Rio Faxinal, no município de Porto Feliz (SP). A ação contou com a parceria da ONG Iniciativa Verde. Também firmamos parceria na Europa para a produção do primeiro envelope do mundo certificado pelo Forest Stewardship Council (FSC). No ano, não recebemos multas significativas ou sanções monetárias resultantes de não-conformidades com leis e regulamentos ambientais em nossas unidades fabris e florestais.

Materiais
O principal insumo renovável nas unidades Suzano e Mucuri para produção de papel e celulose é a madeira, que é plantada em áreas próprias ou de fomento exclusivamente para esse fim. Buscamos sempre o desenvolvimento de clones com maior rendimento silvicultural para obtermos maior taxa de conversão madeira/celulose e menor consumo de químicos. Para o processo industrial de produção de papel e celulose nestas unidades deve-se considerar como principais matérias-primas não renováveis: soda cáustica, sulfato de sódio, cal virgem, carbonato de cálcio e alvejante ótico. Nas unidades fabris produtoras de papel de Embu e Rio Verde, deve-se considerar como principal insumo renovável a celulose em diversas formas (aparas, pastas, etc.) e como não-renováveis as seguintes matérias-primas: carbonato de cálcio, caulim, amido natural e alvejante ótico.

Energia
Nossas unidades industriais de papel e celulose produzem uma parcela significativa da energia que consomem. Essa energia é gerada por meio de fontes renováveis, como o licor negro (subproduto gerado no processo de cozimento da madeira para extração da celulose) e a biomassa (cascas e cavacos de madeira), e também por meio de fontes não-renováveis, como gás natural e óleo combustível. Detemos a participação de 17,9% da UHE Amador Aguiar, o que representa 100% da necessidade de aquisição de energia elétrica das unidades de Suzano, Rio Verde e Embu. Na Unidade Suzano, a parcela de energia gerada internamente alcançou o melhor resultado dos últimos 3 anos: 38,3% do consumo total de energia elétrica. O bom desempenho foi resultado de trabalhos internos, que proporcionaram maior eficiência energética e a redução de desperdícios.

Em nossa Unidade Mucuri, avançamos para a auto-suficiência de energia no ano, com a produção interna de 92,5% do consumo. O ano também foi marcado por uma expressiva redução no consumo de energia comprada em Mucuri, 8,9% em relação a 2007, devido a controles de consumo e ações de melhoria de processos com operações mais eficazes de máquinas e equipamentos. Com o fim da curva de aprendizado e a normalização de nossas atividades nas duas linhas de produção, atingimos

o potencial gerador para todo o recurso de energia elétrica requerido pela unidade. Nesse sentido, daremos início a estudo para um projeto de venda de energia elétrica excedente nos próximos anos.

Água
Em 2008 alcançamos resultados expressivos na redução do consumo de água em nossas unidades industriais. O bom desempenho ocorreu devido a investimentos e à atuação de grupos de colaboradores focados na redução de perdas, reuso e otimizações operacionais. Na Unidade Embu, obtivemos redução de 3% no ano. Em Suzano, onde o consumo é maior pelo fato de a fábrica integrar a produção de celulose e papel, a redução foi de 6,7% e na Unidade Rio Verde, obtivemos redução de 5,2% no ano. Na Unidade Mucuri, reduzimos o consumo de água em 22,7% em relação a 2007. O avanço é decorrente dos ganhos de trabalho durante a curva de aprendizado na Linha 2, além da aplicação de ferramentas de controle, com o monitoramento on-line de cada área da fábrica.

Biodiversidade
As áreas de preservação representam cerca de 40% do total de nossa Unidade Florestal. Detemos ainda áreas de preservação permanente, reservas legais e outras destinadas exclusivamente à conservação. As nossas terras destinadas à preservação em São Paulo, Minas Gerais e na Bahia estão localizadas em áreas que incluem reservas de Mata Atlântica e de Cerrado - biomas prioritários para a conservação da biodiversidade. Nessas regiões, desenvolvemos programas de monitoramento e conservação ambiental da flora e fauna, em parceria com centros de pesquisa especializados, com o objetivo de verificar e monitorar a saúde das florestas.

No sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Minas Gerais, já recuperamos aproximadamente 5 mil hectares de áreas de reserva legal e preservação permanente com o plantio de mais de 3 milhões de mudas de espécies nativas, sendo 240 mil mudas em 2008. Trabalhamos em parceria com o Laboratório de Ecologia e Recuperação Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), no desenvolvimento de novas estratégias para aplicação de melhores práticas de recuperação ambiental.

Emissões atmosféricas
Integramos diversas iniciativas nacionais e internacionais no âmbito de Mudanças Climáticas. Participamos do Iniciativo Climate Exchange (CCX), maior bolsa de créditos de carbono provenientes de florestas plantadas onde, em 2008 negociamos créditos de carbono equivalentes a 15 mil toneladas de carbono equivalente. Também participamos do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development), do GHG Protocol Brasil, e anualmente do CDP (Carbon Disclosure Project).

Trabalhamos em 2008 para a elaboração de um projeto de sequestro de carbono - por meio da redução das emissões das nossas unidades fabris e da revegetação de áreas degradadas com a plantação de espécies nativas - no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instituído pelo artigo 12 do Protocolo de Kyoto. Para cada tonelada de gás de efeito estufa equivalente a uma tonelada de CO₂ retirada da atmosfera ou não-emitida em decorrência de projetos de MDL, as empresas recebem um certificado que vale créditos de carbono para negociação. Estamos na fase final de elaboração desse projeto.

Em 2008, instalamos em Mucuri um sistema de controle de odor, que proporcionou a captação de novos gases e um resultado com níveis melhores dos anteriores à construção da Linha 2. A captação é integrada nas duas linhas e abrange o controle de todas as fontes de odor.

Monitoramos ainda, por meio de amostragem, a fumaça preta emitida pelos caminhões de transporte de toras. Em caso de irregularidades, os veículos são imediatamente encaminhados para manutenção e só voltam a circular após a resolução do problema.

Efluentes e resíduos
Realizamos em 2008 uma completa reforma da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Unidade Mucuri, o que nos permitiu encerrar o exercício mantendo a qualidade de efluente dentro dos mesmos limites de controle ambiental requeridos antes da entrada da operação da Linha 2. Ou seja, aumentamos a nossa produção e a geração de carga, porém continuamos mantendo o mesmo padrão ambiental. Para acompanhar a ampliação da produção na Unidade, adotamos uma nova tecnologia na ETE, que resultou na implantação de um sistema de dosagem de nutrientes, torre de resfriamento e o sistema MBBR (Moving Bed Biofilm Reactor) de tratamento de efluentes. Da mesma forma que a unidade Suzano, a unidade Mucuri implantou uma parceria com empresa terceirizada que passou a comprar parte de nossos resíduos - antes usados como complemento para adubação - para reciclagem e utilização em produtos à base de celulose, como camadas intermediárias de papelcartão. Dessa forma, conseguimos trabalhar de forma sustentável, substituindo despesa por receita e obtendo ganhos ambientais. Esse parceiro também passou a comprar nossas cascas de árvores com areia, que iam para aterro industrial, para usar como fonte energética em empresas de pequeno porte.

Além disso, no exercício, nos consolidamos como a primeira empresa do setor de papel e celulose a utilizar adubo bio-sólido, material proveniente de lama seca de esgoto de estações de tratamento da SABESP. Usamos o adubo em nosso Núcleo Florestal de Itatinga/SP, contribuindo para a não-deposição do material em aterros sanitários.

10. Responsabilidade Social Corporativa
Nosso compromisso com a sustentabilidade também se revela nos vários compromissos e pactos de que participamos. Somos signatários do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para que a comunidade empresarial adote, em suas práticas de negócios, os dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Também contribuimos para os Oito Objetivos do Milênio, igualmente estabelecidos pela ONU, que comprometem organizações, sociedades e países a atingir, até 2015, objetivos relacionados à erradicação da miséria, saúde, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

Dentro do Programa Na Mão Certa, proposto pela Childhood Brasil, assinamos o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas por meio do qual temos mobilizado nossos fornecedores da área de transporte e logística para essa questão. Como parte dessa iniciativa, Suzano, Veracel Celulose e Aracruz Celulose realizaram um evento em Porto Seguro (BA), no dia 17 de maio, no qual também foi assinado um termo de cooperação entre as três empresas e o Programa Na Mão Certa. Além disso, realizamos diversas ações ao longo do ano, como o Dia do Motorista, em junho, com palestras para motoristas e apresentações teatrais.

Também somos associados ao The Nature Conservancy (TNC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), além de participarmos ativamente de entidades setoriais, como a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas (Abaf) e Fundo Florestar. Mantemos com os governos e as organizações não-governamentais, relacionamentos transparentes e diálogo permanente, de forma a contribuirmos para a constituição de políticas públicas capazes de promover avanços nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

Nossa atuação, para isso, se dá nas esferas individual e setorial, porém sempre embasada pelo acompanhamento diário de todos os assuntos de interesse do setor de papel e celulose e da Suzano, como tributários (reforma tributária, papel imune, Zonas de Processamento de Exportação, etc.), ambientais (eucaliptocultura, licenciamento, papel reciclado), Quilombolas (questão fundiária, reforma agrária), infraestrutura e faixas de fronteiras, entre outros.

Nosso contato com vários parlamentares, nos níveis estadual e federal, aos quais apresentamos com frequência propostas e contribuições à elaboração ou ao encaminhamento de projetos relacionados ao setor. No âmbito do Judiciário, acompanhamos as decisões mais importantes para o mercado e Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Já a atuação para a formulação de políticas públicas, com os governos, se dá no âmbito das entidades setoriais das quais participamos. Por meio delas, em 2008, debatemos e formulamos propostas relacionadas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e à Comissária de Despachos Amazônia (Codama).

Um de nossos colaboradores, Jorge Cajazeira, preside o Comitê de Desenvolvimento da ISO 26000, norma que deverá ser publicada ao final de 2009 e que tem como objetivo orientar as empresas de todo o mundo a buscar uma gestão socialmente responsável.

Também fazemos contribuições financeiras, para políticos e partidos, sempre de forma transparente e respeitando as regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o qual, em 2008, enviamos formulário explicando nossa metodologia e os critérios adotados para definir as contribuições.

Para assegurar que nossos colaboradores, assim como outros *stakeholders*, respeitem nossos princípios e práticas anticorrupção, mantemos capítulo sobre o tema em nosso Código de Conduta, que estabelece o comportamento desejado e as sanções cabíveis em caso de descumprimento. Por todas essas ações, em 2008 não tivemos nenhuma ação judicial ajuizada contra nós por conduta desleal, prática de antitruste e monopólio, nem tampouco multas por não-conformidade a leis e regulamentos.

11. Gestão de pessoas e equipes
Em 2008 promovemos importantes reestruturações em nossa área de Recursos Humanos, com a consolidação do programa de segurança Acidente Zero e a redefinição de cargos e salários dos colaboradores. Nossa intenção é aprimorar o clima organizacional, eliminar acidentes nas unidades e oferecer ainda mais oportunidades de aperfeiçoamento profissional e melhoria da qualidade de vida de nossos funcionários.

A reestruturação incluiu a contratação, em setembro, do novo diretor de Recursos Humanos, Carlos Alberto Griner, que se dedicou durante um mês a conhecer a Companhia, em um processo cuidadoso de integração, com visitas às nossas unidades para extrair a cultura e identificar oportunidades de melhoria na gestão de pessoas.

Cientes de que o capital humano é um dos nossos principais patrimônios, introduzimos em 2007, o programa Acidente Zero - com base nos critérios de excelência da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) - que, em 2008, nos possibilitou alcançar níveis mundiais nas melhores práticas em segurança do trabalho. Os resultados foram alcançados por meio do comprometimento de todos os colaboradores com nossa Política de Responsabilidade Social, Saúde e Segurança, que segue padrões reconhecidos internacionalmente e é certificada pela norma OHSAS 18001.

Com o objetivo de eliminar acidentes, buscamos a conscientização dos colaboradores sobre a importância de adotar um comportamento 100% seguro, por meio de treinamentos de sensibilização. Nossa gestão de segurança inclui ainda auditorias de desvios comportamentais e operacionais e do SSO - com a participação de representantes dos funcionários e a divulgação para toda a equipe dos indicadores, objetivos e metas relacionados à segurança no trabalho.

Para contribuir com a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores e proporcionar a eles um ambiente propício para o desenvolvimento profissional, criamos um programa de consolidação das práticas de gestão de pessoas, e das iniciativas e dos benefícios previstos para melhorar o dia-a-dia das equipes. Para isso, estimulamos a participação em programas de promoção da saúde e colocamos à disposição orientação nutricional e palestras temáticas.

As informações relativas a volume, preços, preços médios de venda e de custo, em reais e dólares, bem como, os percentuais de variação que derivam destas informações, não foram auditadas pelos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 20)	1.737	17.308	16.939	17.308
Contas a receber de clientes (Nota 6)	1.391.670	922.952	790.042	731.982
Estoque (Nota 7)	585.867	541.491	881.568	695.461
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	333.700	2		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Especial de ágio na incorporação	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	2.054.388	303.507	108.723	(15.080)	122.343	1.315.170	146.130	-	4.035.181
Efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08.....	-	-	-	-	-	-	-	(14.223)	(14.223)
Saldos ajustados com os efeitos da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08	2.054.388	303.507	108.723	(15.080)	122.343	1.315.170	146.130	(14.223)	4.020.958
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações.....	39	-	-	-	-	-	-	-	39
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	536.686	536.686
Destinações:									
Juros sobre capital próprio creditados e pagos em 28 de setembro de 2007.....	-	-	-	-	-	-	-	(87.178)	(87.178)
Juros sobre capital próprio creditados em 21 de dezembro de 2007 e pagos em 09 janeiro de 2007 e pagos em 09 de janeiro de 2008.....	-	-	-	-	-	-	-	(74.044)	(74.044)
Reserva Legal.....	-	-	-	-	26.972	-	-	(26.972)	-
Reserva para aumento de capital.....	-	-	-	-	-	316.119	-	(316.119)	-
Reserva estatutária especial.....	-	-	-	-	-	-	35.124	(35.124)	-
Reserva para aumento de capital - Adoção Inicial Lei 11.638/07 e MP 449/08.....	-	-	-	-	-	(16.974)	-	16.974	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.054.427	303.507	108.723	(15.080)	149.315	1.614.315	181.254	-	4.396.461
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações.....	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Prejuízo líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	(434.783)	(434.783)
Aquisição de ações próprias.....	-	-	-	(186.718)	-	-	-	-	(186.718)
Destinações:									
Compensação de prejuízos acumulados.....	-	-	-	-	-	(434.783)	-	434.783	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.054.430	303.507	108.723	(201.798)	149.315	1.179.532	181.254	-	3.774.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia ou Suzano) e suas controladas, com unidades de produção nos Estados da Bahia e de São Paulo, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. Para a comercialização de seus produtos no mercado internacional a Companhia utiliza-se de suas subsidiárias integrais localizadas no exterior, as quais não possuem unidades fabris.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 - A autorização para conclusão da preparação das demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de março de 2009. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008. A Lei nº 11.638/07, alterada pela Medida Provisória 449/08, tem como principal objetivo proporcionar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para aquelas constantes das normas contábeis internacionais, que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a *data de transição* para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2006. A *data de transição* é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis. Dessa forma as demonstrações contábeis de 2008 e as comparativas de 2007 estão apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis. As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, das demonstrações contábeis do exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2007, e do balanço patrimonial inicial preparado para 31 de dezembro de 2006, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade: • Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008; • CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007; • CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008; • CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008; • CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008; • CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008; • CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008; • CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008; • CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008; • CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008; • CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008; • CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008; • CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008; • CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008. Em 30 de janeiro de 2009, a CVM emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2009, que aprova a Orientação "OCP 02 Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008", com o objetivo de esclarecer alguns aspectos em relação à aplicação de dispositivos da Lei 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC ao longo do ano de 2007 e 2008. Tais esclarecimentos também foram analisados e utilizados pela Administração da Companhia na elaboração das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas. Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia está apresentando no quadro abaixo, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08:

Descrição dos efeitos	Ref.	CONTROLADORA			
		2007		2008	
		2007	2008	2007	2008
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro.....	(I)	(14.467)	(28.588)	3.000	(14.121)
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos.....	(II)	(11.253)	(21.717)	(7.170)	(10.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos acima.....		8.746	17.104	1.419	8.359
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		(16.974)	(33.201)	(2.751)	(16.226)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08.....		4.413.435	3.808.164	539.437	(418.557)
Saldo após a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.396.461	3.774.963	536.686	(434.783)
Descrição dos efeitos	Ref.	CONSOLIDADA			
		2007		2008	
		2007	2008	2007	2008
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro.....	(I)	(14.467)	(28.588)	3.000	(14.121)
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos.....	(II)	(11.253)	(21.717)	(7.170)	(10.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos acima.....		8.746	17.104	1.419	8.359
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		(16.974)	(33.201)	(2.751)	(16.226)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08.....		4.391.656	3.769.860	539.353	(435.082)
Saldo após a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.374.681	3.736.659	536.601	(451.308)

(I) Refere-se ao efeito líquido do reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros, detalhados na nota 14, em conformidade com o pronunciamento "CPC 06 - Arrendamento Mercantil". (II) Refere-se à contabilização do valor justo de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", em conformidade com o pronunciamento "CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação". O pronunciamento "CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis" prevê, nos seus itens 4 e 5, a extensão a determinadas controladas no exterior, dos procedimentos próprios de filiais para a contabilização de efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Estes itens dizem respeito, principalmente, ao tratamento a ser dado a tais controladas exigindo a integração, as demonstrações da controladora, de ativos, passivos e resultados. Tais disposições suscitaram diversas questões quanto à caracterização de tais controladas e aos impactos societários e fiscais decorrentes de sua aplicação. Devido a essas circunstâncias, a Companhia solicitou e obteve da CVM autorização para não aplicar as demonstrações contábeis da controladora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e às três informações trimestrais a serem apresentadas durante o exercício de 2009, as disposições dos itens 4 e 5 do CPC 02. Por conta da eliminação promovida pela MP 449/08, da linha de resultado não operacional, posteriormente ratificada pelo Ofício Circular CVM 01/2009, a Companhia reclassificou na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 os resultados negativos nos montantes de R\$ 37.147 e R\$ 110.436 na controladora e R\$ 31.868 e R\$ 127.860 no consolidado, respectivamente para a linha de outras receitas (despesas) operacionais.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ajuste do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

3.2. Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e do consolidado. As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas localizadas no Brasil, nas quais a Companhia possui influência significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o "hedge accounting" previsto no CPC 14.

3.3.1. Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando ocorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Ob) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando ocorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.1 (a) e contas a receber de clientes, classificados na categoria 3.3.1 (b). A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2. Passivos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando ocorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando ocorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, classificados na categoria 3.3.2 (b) e perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.2 (a).

3.3.3. Valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.5. Contas a receber de clientes: O contas a receber é classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estando apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira, e está ajustado por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.6. Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de caixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O refofamento é avaliado pelo custo de aquisição, formação e conservação e tem sua exaustão calculada em função do volume colhido com base no custo médio da área colhida. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são agregados ao valor do ativo imobilizado.

3.8. Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

3.9. Intangível: Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (vide Nota Explicativa nº 13).

3.10. Provisão para recuperação de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11. Passivos atuariais: Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, ao final de cada exercício, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

3.12. Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.

3.14. Subvenções e assistências governamentais: As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15. Pagamento baseado em ações: Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro. Os custos dessas transações são inicialmente reconhecidos no resultado durante o período em que os serviços foram recebidos em contrapartida a um passivo financeiro, e mensurados pelo seu valor justo, no momento em que os programas de remuneração são concedidos. Subsequentemente o passivo é re-mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado operacional na rubrica "despesas administrativas".

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo, é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para fins de registro e determinação de relevância o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e do balanço inicial de abertura, a Companhia mensurou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários circulantes, assim como, aplicou as taxas de desconto, com base nas premissas de mercado existentes na *data de transição*. Os itens que compõe cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. Quanto aos ativos e passivos não circulantes, a Companhia já adotava o procedimento de atualizá-los monetariamente e, portanto, já estavam ajustados ao valor presente.

3.17. Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia já adota a prática de divulgar trimestralmente as demonstrações do fluxo de caixa e anualmente a demonstração do valor adicionado. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, a Companhia optou por adequar os valores das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, às disposições sobre preparação e apresentação contidas no CPC 03 e CPC 09, respectivamente. A partir do trimestre findo em 31 de março de 2008, a Companhia optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos.

3.19. Lucro (prejuízo) por ação: O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro (prejuízo) líquido/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício.....	(434.783)	536.686	(451.308)	536.601
Depreciação, exaustão e amortização.....	375.334	257.466	451.763	375.595
Resultado na venda de ativos permanentes.....	(19.107)	83.859	(23.395)	96.844
Resultado da equivalência patrimonial.....	122.934	15.299	515	85
Amortização de ágio.....	79.044	83.759	79.044	83.759
Variações cambiais e monetárias, líquidas.....	1.113.623	(484.091)	1.039.018	(441.174)
Despesas com juros, líquidas.....	364.180	525.318	373.905	519.845
Perdas (ganhos) em operações com derivativos, líquidos.....	234.446	(69.285)	213.916	(64.721)
Despesa com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	(149.144)	256.621	(184.475)	275.496
Despesas com outros impostos.....	118.748	87.603	129.832	96.658
Provisão (reversão) de contingências.....	44.599	(51.788)	31.266	(62.615)
(Complemento) Reversão de outras provisões.....	(19.439)	16.500	(20.684)	16.818
Despesas de juros com aquisição de ações próprias.....	110.860	-	110.860	-
Variações de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo:				
Aumento em contas a receber.....	(468.718)	(114.414)	(55.882)	(150.238)
Aumento em estoques.....	(44.376)	(108.693)	(228.283)	(146.103)
Aumento em impostos a compensar.....	(128.600)	(266.485)	(130.680)	(246.548)
(Aumento) redução em outros ativos circulantes e não circulantes.....	(130.330)	(71.425)	(39.396)	68.827
Liquidação de operações com derivativos.....	(27.350)	65.816	(36.212)	67.001
(Redução) aumento em fornecedores.....	(92.302)	114.797	(67.962)	158.153
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e não circulantes.....	(84.936)	1		

Balço patrimonial		Período de 4 meses findo em Dez/2008	
	2008	Demonstrativo do resultado	
Passivo			
Circulante.....	2.150	Resultado não operacional.....	
Não circulante.....	12.566	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (10.643)	
Patrimônio líquido.....	49.660	Imposto de renda e contribuição social.... 12.255	
	64.376	Lucro líquido do período 1.612	

Conpacel:		Passivo e conta corrente com consorciados	
	2008	2008	
Ativo			
Circulante.....		Circulante.....	
Estoque.....	81.139	Fornecedores..... 35.104	
Outros ativos.....	5.872	Outros passivos..... 27.127	
Total do ativo circulante.....	87.011	Total do passivo circulante..... 62.231	
Ativo não circulante.....		Passivo não circulante.....	
Realizável a longo prazo.....	9.333	Conta corrente com consorciados..... 1.320.744	
Permanente.....			
Imobilizado.....	1.280.597	Total do passivo não circulante..... 1.320.744	
Intangível.....	6.034	Total do passivo e conta corrente com consorciados..... 1.382.975	
Total do ativo não circulante....	1.295.964		
Total do ativo.....	1.382.975		

Conciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado

A conciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	(Prejuízo) Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	2008	2007	2008	2007
Controladora.....	(434.783)	536.686	3.774.963	4.396.461
Eliminação de lucros não realizados auferidos pela controladora em vendas de produtos para controladas.....	(74.824)	(582)	(105.161)	(30.337)
Efeito no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre as eliminações de lucros passíveis de tributação.....	58.299	197	68.614	10.314
Venda de ativos da controladora para controladas.....	-	-	(1.757)	(1.757)
Outros.....	-	300	-	-
Consolidado.....	(451.308)	536.601	3.736.659	4.374.681

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixas e bancos.....	23.222	23.133	77.719	64.008
Aplicações financeiras.....	1.897.841	1.036.492	2.098.593	1.275.912
	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920

As aplicações financeiras referem-se preponderantemente a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2008, estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 107,0% (99,0% a 103,0% em 31 de dezembro de 2007) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e aplicações financeiras no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, compostas de depósitos bancários a prazo remuneradas à taxa média ponderada de 0,95% ao ano na mesma data.

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros mantidos para negociação e, portanto, foram mensurados de acordo com o descrito na nota 3.3.1 (a).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Clientes no País				
- Terceiros.....	436.068	419.994	443.742	431.886
Clientes no exterior				
- Empresas controladas.....	985.021	515.781	-	-
- Terceiros.....	3.603	11.064	382.704	330.129
Saques descontados.....	(315)	(220)	(315)	(220)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(32.707)	(23.667)	(36.089)	(29.813)
	1.391.670	922.952	790.042	731.982

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía operações de "vendedor" em aberto com seus clientes no montante de R\$ 144.128 (R\$ 148.439 em 31 de dezembro de 2007), nas quais participava como interveniente garantidora. No consolidado essas operações totalizavam o mesmo montante da controladora em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 148.572 em 31 de dezembro de 2007). O contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na nota 3.3.1 (b).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Produtos acabados				
Celulose				
- País.....	27.632	16.350	27.632	17.211
- Exterior.....	-	-	196.206	45.740
Papel				
- País.....	162.564	176.048	162.564	168.218
- Exterior.....	-	-	98.730	79.121
Produtos em elaboração.....	43.403	47.334	43.402	47.799
Matérias-primas.....	159.315	142.185	159.543	152.607
Material de almoxarifado e outros.....	205.349	171.250	205.887	196.441
Provisão para perda nos estoques de almoxarifado e outros.....	(12.396)	(11.676)	(12.396)	(11.676)
	585.867	541.491	881.568	695.461

8. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Contribuição social a compensar.....	49.499	6.403	49.558	6.770
Imposto de renda a compensar.....	75.994	22.296	76.827	24.132
PIS/COFINS a compensar.....	221.751	271.123	221.791	280.112
ICMS a compensar.....	117.995	76.112	144.300	108.737
IPI a compensar.....	10.109	10.169	10.109	10.169
Outros impostos e contribuições.....	10.788	8.258	10.880	8.346
	486.136	394.361	513.465	438.266
Parcela circulante.....	333.700	229.816	361.025	263.570
Parcela não circulante.....	152.436	164.545	152.440	174.696

Além do benefício de depreciação acelerada incentivada, referida na Nota Explicativa 9, a Lei 11.196 de 21/11/2005 também autoriza o uso de créditos de PIS/COFINS sobre aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2006, de determinadas máquinas e equipamentos (bens de capital), em 12 meses em vez dos anteriores 24 meses.

O montante de PIS/COFINS a compensar demonstrado no quadro acima, deve-se basicamente a créditos tributários sobre a aquisição de ativo fixo do projeto de expansão de Mucuri. A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos do aumento das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais, de acordo com o previsto na Instrução SRF nº 600/05.

Devido ao processo transitário em julgado no 4º trimestre de 2006, a Companhia constituiu crédito tributário de ICMS no montante de R\$ 9.148, registrado na linha de ICMS a compensar, decorrente de pagamentos a maior face às alterações com a Lei nº 6.556/89.

9. Imposto de renda e contribuição social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638/08 e MP 449/08 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
ATIVO				
Créditos sobre prejuízos fiscais.....	436.346	307.718	436.346	307.718
Créditos sobre bases negativas da contribuição social.....	34.336	-	34.336	-
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões.....	105.437	73.734	178.470	114.585
- Créditos sobre amortizações de ágios.....	81.424	96.981	81.424	96.981
Créditos sobre efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08.....	47.422	32.251	47.422	32.251
	704.965	510.684	777.998	551.535
Parcela circulante.....	60.766	26.679	131.351	44.743
Parcela não circulante.....	644.199	484.005	646.647	506.792

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
PASSIVO				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada.....	607.687	596.139	607.687	596.139
Custos de reflorestamento.....	4.819	-	4.819	-
Diferimento de variação cambial.....	-	-	-	21.626
Exclusões temporárias.....	-	-	-	5.473
Débitos sobre efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08.....	30.318	23.507	30.318	23.507
	642.824	619.646	642.824	646.745
Parcela circulante.....	19.474	17.901	19.474	26.685
Parcela não circulante.....	623.350	601.745	623.350	620.060

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Prejuízos fiscais.....	1.745.384	1.230.872	1.745.384	1.230.872
Base negativa da contribuição social.....	381.511	-	381.511	-
De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.				
A Companhia, baseada neste estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros com os saldos do exercício, estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:				
	2008	2007	2008	2007
2008.....	-	26.679	-	44.743
2009.....	60.766	68.682	131.351	70.731
2010.....	136.599	92.843	136.599	96.131
2011.....	95.686	90.823	95.686	91.181
2012.....	98.384	95.584	98.384	95.584
2013.....	98.720	103.278	98.720	103.278
2014 em diante.....	214.810	32.795	217.258	49.887
	704.965	510.684	777.998	551.535

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Imposto de renda - Redução de 75% SUDENE - Unidade Mucuri (linha 1)

A Companhia possui da SUDENE (antiga ADENE) incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, relativamente à Unidade Mucuri (linha 1) de celulose e máquina de papel), a ser auferida até 2011 para a celulose e até 2012 para o papel. Esse incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas da Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel).

A redução do imposto de renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do período. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor. A Companhia não utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, por não ter apurado lucro tributável (em função de ter registrado valor significativo de depreciação acelerada) nem no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, por ter sido apurado prejuízo.

A Companhia apresentou à SUDENE pedido de idêntico incentivo fiscal de redução do imposto de renda para a linha 2 de celulose de Mucuri (expansão), que, se concedido, permitirá a utilização desse benefício para os produtos da linha 2 (cumulativamente com o já referido para a linha 1), a partir do exercício de 2009, pelo prazo de dez anos.

As subvenções e assistências governamentais garantidas à Companhia (incentivos fiscais) anteriormente a 31 de dezembro de 2008 já eram contabilizadas no resultado exercício e, posteriormente, destinadas para a conta de reserva de capital no patrimônio líquido, evitando assim sua distribuição como dividendos. Dessa forma, a Companhia manteve o tratamento contábil vigente na data em que foram originadas, incluindo a manutenção dos respectivos saldos em conta de reserva de capital.

Imposto de Renda - Incentivo de depreciação acelerada relativamente à Unidade Mucuri

A Lei 11.196, de 21.11.2005, em seu art. 31, estabeleceu para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas, nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006. Este benefício foi deferido à Unidade Mucuri pela Portaria nº 0018/2007 da ADENE (atual SUDENE), em 29 de março de 2007, tendo, no entanto, efeito retroativo em relação às aquisições ocorridas durante o exercício social de 2006. A depreciação acelerada incentivada em questão consiste na depreciação integral no ano de aquisição, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real (tributável), feita através do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do imposto de renda (não alcança a Contribuição Social sobre Lucro Líquido) pelo tempo de vida útil do bem, devendo nos anos futuros ser adicionado ao lucro tributável valor igual à depreciação contabilizada em cada um dos anos para os bens em questão.

Nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, não levamos em consideração o uso deste novo benefício fiscal, porque na data de elaboração das demonstrações contábeis a aprovação e publicação do ato concessório, ainda não estava disponível, pois como dito acima, só foi expedido em 29 de março de 2007. No entanto, na declaração de imposto de renda (DIPJ) relativa ao exercício social de 2006, a Companhia utilizou este benefício fiscal, sendo que o valor do imposto diferido passivo sobre a depreciação acelerada a excluir do imposto apurado naquela data era de R\$ 172.514. Desta forma, o lucro tributável tornou-se um prejuízo fiscal a compensar contra lucros futuros cujo imposto diferido ativo, naquela data, foi de R\$ 60.244. Como não houve lucro tributável, não foi possível fazer a redução do imposto de renda de 75% referida no tópico anterior, perdendo-se então, de forma definitiva para o exercício social de 2006 esse incentivo fiscal.

O valor econômico-financeiro de ganho para a Companhia com diferimento do imposto, em decorrência da depreciação acelerada incentivada, é superior à perda da redução de 75% do imposto de renda, mas o primeiro não tem impacto no resultado, porque estes ativos e passivos não se registram por seu valor presente (fluxo de caixa descontado), enquanto que o segundo impacta o resultado.

A perda definitiva, pela redução do incentivo de imposto de renda, impactou o resultado de 2007, requerendo um registro adicional de uma despesa de imposto de renda no montante de R\$ 35.083, que por sua vez impactou a alíquota efetiva consolidada do exercício de 2007 em 4,3 pontos percentuais.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Posição detalhada dos investimentos

	2008		Equivalência Patrimonial		Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2008	2007	2008	2007
Controladora						
Água Fria Indústria de Papéis S.A.....	-	-	-	1	-	-
Ariemil Indústria de Papéis S.A.....	-	-	-	179	-	-
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A. (b).....	-	-	-	354	-	-
Nemo International (c) / (f).....	-	-	-	183	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel (a).....	-	52.395	50%	30.163	10.201	501.130
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.(a).....	49.660	1.612	50%	806	-	24.830
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.....	179.303	14.065	100%	14.065	6.905	179.303
Stenfar S.A., Ind. Com. Imp. Y Exp.....	17.661	1.228	15,7%	797	(50)	2.773
Suzano Trading Ltd. (d) / (f).....	(13.443)	(233.116)	100%	(178.176)	(33.749)	(14.075)
Suzano America, Inc. (e) / (f).....	13.188	1.133	100%	4.051	(891)	13.188
Bahia Sul Holdings GmbH (f).....	(52)	(49)	100%	(44)	(5)	(52)
Suzano Europe S.A.....	8.347	4.478	100%	5.542	2.015	8.347
Sun Paper and Board Limited (e) / (f).....	18.099	1.014	100%	285	(459)	18.099
Ordurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	9	9	100%	9	-	9
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	(30)	(32)	100%	(32)	-	(30)
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	(1)	(3)	100%	(3)	-	(1)
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.....	(118)	(120)	100%	(120)	-	(118)
Pakprint S.A.....	-	(1.384)	20%	(277)		



SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
CNPJ nº 16.404.287/0001-55
Companhia Aberta



20. Instrumentos financeiros

a. Visão geral
A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. Todas as operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de risco e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b. Avaliação
Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que fossem classificados na *data de transição*, ao invés do momento original de seu registro, sendo essa a opção efetuada pela Companhia.

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, enquanto o valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxa de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalecentes nas datas dos balanços. O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANDIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreamento de opções e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos equivalentes ou similares junto aos principais participantes deste mercado.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

e. Derivativos em aberto - As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008 e 2007, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nocial) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em	
		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira							
Posição Ativa - US\$ Libor.....	04/01/2010 até 15/08/2013	1.409.211	177.130	1.415.639	178.311	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré.....		1.409.211	177.130	1.483.711	183.852	-	-
SubTotal.....				(68.072)	(5.540)	69.291	1.219
Valor em Risco (VaR) (1).....				6.707	592		
Swaps de Taxas e Índices							
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré.....		10.000	-	10.530	-	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom.....	28/04/2009 até 09/05/2010	67.500	94.500	76.241	98.812	-	-
Posição Ativa - Cupom US\$.....		70.120	-	70.945	-	-	-
Posição Passiva - % DI.....		147.620	94.500	157.616	99.318	-	-
SubTotal.....				100	(507)	1.675	1.775
Valor em Risco (VaR) (1).....				2.617	46		
Swaps de Moedas							
Posição Comprada em US\$ x R\$.....	01/01/2009 até 01/10/2009	-	495.964	-	(7.647)	-	-
Posição Vendida em US\$ x R\$.....		701.100	1.027.354	(134.454)	17.308	-	-
SubTotal.....				(134.454)	9.661	134.454	7.645
Valor em Risco (VaR) (1).....				25.687	8.307		
Swaps de Commodities							
Posição Vendida em Celulose BHPK.....	31/03/2010	90.021	73.268	18.449	(4.439)	-	-
SubTotal.....				18.449	(4.439)	18.449	4.439
Valor em Risco (VaR) (1).....				774	502		
Outros							
Posição Ativa - Cupom Cambial.....	11/09/2009 até 11/09/2013	397.290	88.565	63.978	11.877	-	-
Posição Passiva - US\$ Libor Fixada.....		397.290	88.565	54.033	10.408	-	-
SubTotal.....				9.945	1.469	9.945	1.470
Valor em Risco (VaR) (1).....				326	23		
Resultado Total em Swaps				(174.032)	644	205.420	31.388

(1) VaR com horizonte temporal de 1 dia, e com nível de confiança de 95%

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo em		Saldos patrimoniais em	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira						
Banco Itaú BBA S.A.....	701.100	-	(43.551)	-	-	-
JP Morgan.....	432.345	-	(11.904)	-	-	-
Banco Standard S.A.....	233.700	177.130	(12.820)	(5.540)	-	-
Banco Santander.....	42.066	-	203	-	-	-
SubTotal.....	-	-	(68.072)	(5.540)	69.291	1.219
Swaps de Taxas e Índices						
Banco Itaú BBA S.A.....	75.520	47.500	1.033	(226)	-	-
Banco Santander.....	52.100	-	(670)	-	-	-
Unibanco.....	20.000	20.000	(263)	(141)	-	-
UBS Pactual.....	-	27.000	-	(140)	-	-
SubTotal.....	-	-	100	(507)	1.675	1.775
Swaps de Moedas						
Banco Itaú BBA S.A.....	-	185.987	-	(2.631)	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.....	-	70.852	-	(1.100)	-	-
Rabobank Brasil.....	-	177.130	-	(2.849)	-	-
UBS Pactual.....	-	61.996	-	(1.067)	-	-
SubTotal.....	-	-	-	-	-	-
Swaps de Commodities						
Nordea Bank Finland P/C.....	90.021	43.510	18.449	(2.885)	-	-
JP Morgan.....	-	29.758	-	(1.554)	-	-
SubTotal.....	-	-	18.449	(4.439)	18.449	4.439
Outros						
JP Morgan.....	397.290	88.565	9.945	1.470	-	-
SubTotal.....	-	-	9.945	1.470	-	-
Resultado Total em Swaps			(174.032)	645	205.420	31.388

Conselho de Administração

David Feffer - Presidente
Boris Tabacof - Vice-Presidente
Daniel Feffer - Vice-Presidente
Conselheiros
Antônio de Souza Corrêa Meyer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Jorge Feffer
Oscar de Paula Bernardes Neto
Marcos Antonio Bologna
Nildemar Secches

Diretoria

Antonio Maciel Neto - Diretor Presidente
André Dorf - Diretor Executivo de Estratégia, Novos Negócios e RI
Alexandre Ymbanis - Diretor Executivo da Unidade de Negócios Celulose
Bernardo Szpigel - Diretor Executivo de Finanças
Carlos Alberto Griner - Diretor Executivo de RH
Carlos Anibal de Almeida Jr - Diretor Executivo da Unidade de Negócios Papel
Ernesto Peres Pousada Junior - Diretor Executivo de Operações
João Comério - Diretor Executivo da Unidade Florestal
Comitê de Gestão
David Feffer - Coordenador
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos
Antonio Maciel Neto

Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Coordenador
David Feffer
Daniel Feffer
Jorge Feffer
Comitê de Auditoria
Marcos Antonio Bologna - Coordenador
David Feffer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Oscar de Paula Bernardes Neto

Conselho Fiscal

Efetivos	Suplentes
Luiz Augusto Marques Paes	Roberto Figueiredo Mello
Rubens Barletta	Luiz Gonzaga Ramos Schubert
José Luiz Montans Anacleto Júnior	Maurício Jonas de Oliveira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,
Os membros do CONSELHO FISCAL da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhados do parecer dos auditores independentes, "Ernst & Young Auditores Independentes S/S", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação.

São Paulo, 23 de março de 2009
Luiz Augusto Marques Paes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

deixa controlada em conjunto e do consórcio, respectivamente, está baseada exclusivamente nas opiniões desses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos exames efetuados por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Descrição	Valor Justo	Risco	Cenários em 31/12/2009	
			Deterioração Provável	Deterioração 25% / 50%
Swaps em Moeda Estrangeira				
Ativo US\$ Libor x Passivo US\$ Pré (1).....	(68.072)	Queda da Libor	(71.054)	(86.527) (102.476)
Swaps de Moeda Estrangeira e Índices		Baixa da Taxa de Câmbio		
Ativo Cupom US\$ (2) x Passivo % DI.....	62	R\$/US\$ e Alta do Cupom Cambial	545	(17.582) (35.527)
Swaps de Taxas e Índices		Alta da Curva		
Ativo Pré (3) e TR (4) em R\$ x.....		Pré e Alta do Passivo % DI.....	530	(1.060) (2.576)
Swaps de Moedas (NDF)		Alta da Taxa de Posição Vendida em US\$ x R\$ (5).....	(134.454)	(124.320) (291.743) (459.167)
Swaps de Commodities				
Cenário Celulose (6).....	18.449	Alta da Celulose	16.258	6.225 (3.808)

(1) Fonte para o cenário provável: *Bloomberg* - Curva de mercado de 23/01/2009. Taxa Libor de 1 ano provável em 31/12/2009: 1,92% a.a. Deterioração de 25%: Libor de 1 ano em 31/12/2009 de 1,44% a.a. Deterioração de 50%: Libor de 1 ano em 31/12/2009 de 0,96% a.a.
(2) Fonte para o cenário provável: *Bloomberg* - Curva de mercado de 23/01/2009. Cupom de US\$ provável em 31/12/2009: 3,66% a.a. Deterioração de 25%: Cupom de US\$ em 31/12/2009 de 4,57% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de US\$ em 31/12/2009 de 5,48% a.a.
(3) Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 16/01/2009. Taxa Selic provável em 31/12/2009: 11,13% a.a. Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2009 de 13,91% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2009 de 16,7% a.a.
(4) Fonte para o cenário provável: BM&F - Curva de mercado de 22/01/2009. Cupom de TR provável em 31/12/2009: 9,92% a.a. Deterioração de 25%: Cupom de TR em 31/12/2009 de 12,4% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de TR em 31/12/2009 de 14,88% a.a.
(5) Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 16/01/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2009: R\$ 2,28/US\$. Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2009 de R\$ 2,85/US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2009 de R\$ 3,42/US\$.
(6) Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 31/12/2008. Preço provável da celulose BHPK em 31/12/2009: US\$ 580/ton. Deterioração de 25%: Preço em 31/12/2009 de US\$ 725/ton. Deterioração de 50%: Preço em 31/12/2009 de US\$ 870/ton.

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de stop loss) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de *stop loss*.

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2008 ou a análise de sensibilidade para os *swaps* listados na categoria "Outros" na tabela do item (e), uma vez que estas *swaps* se referem a operações de arbitragem entre a taxa Libor e o cupom cambial, com ambas as taxas pré-fixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

21. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito era de R\$ 2.054.430, integralmente realizado e dividido em 314.482.496 ações (314.482.319 ações em 31 de dezembro de 2007), sem valor nominal, das quais: 107.821.512 eram ordinárias, nominativas; 205.120.105 eram preferenciais classe "A" e 1.540.879 eram preferenciais classe "B", ambas escrituradas. São mantidas em tesouraria 5.428.955 ações ordinárias, 1.009.583 ações preferenciais classe "A" e 1.527.759 preferenciais classe "B" (1.358.419 ações preferenciais classe "B" em 31 de dezembro de 2007).

As ações preferenciais classe "A" tem direito a dividendos por ação, pelo menos, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais classe "B" tem direito a dividendo prioritário de 6% a.a. sobre sua parte do capital social ou pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais não gozam do direito de voto, salvo quando previsto em lei.

Em março de 2008, foi homologado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 3, representado pela emissão de 59 ações ordinárias e 118 ações preferenciais Classe "A", ao preço unitário de R\$ 17,30, em decorrência da conversão de 2 debênture da 1ª série e 2 debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações.

Em razão do exercício da opção de compra e venda das ações detidas por um dos antigos grupos controladores da Ripasa, em 10 de junho de 2008 a Companhia concretizou a aquisição de 5.428.955 ações ordinárias e 1.009.583 ações preferenciais classe "A" de sua emissão a um preço médio ponderado de R\$ 29,00 por ação. Estas ações serão mantidas em tesouraria até que a Companhia decida pela sua revenda no mercado ou seu cancelamento.

Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente, após dividendos e reserva legal, dos lucros do exercício e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais. Já a reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% e objetiva garantir continuidade da distribuição de dividendos.

Apropriação do Prejuízo Líquido

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi prejuízo de R\$ 434.783. Este valor, juntamente com o registro de perda de R\$ 16.974 lançado diretamente no patrimônio líquido, em função da aplicação da Lei 11.638/07 e MP 449/08, somando R\$ 451.757, estão sendo absorvidos pela Reserva Especial para Aumento de Capital, no pressuposto de aprovação pela Assembléa Geral de proposta da Administração nesse sentido.

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro na venda de outros produtos.....	4.880	6.398	7.493	4.793
Reversão de provisão para contingências.....	15.784	-	32.205	2.410
Receita (despesas) na venda de energia elétrica.....	-	-	9.518	(5.663)
Provisão para perda de estoque.....	(5.766)	(2.777)	(5.778)	(1.443)
Recuperação de tributos.....	10.839	9.089	10.839	17.202
Outras receitas (despesas) (a).....	24.192	135	31.033	(4.304)
Provisão para passivos atuariais.....	(58.196)	(26.577)	(58.196)	(26.577)
Lucro (prejuízo) na venda de ativo imobilizado.....	12.001	(18.084)	8.792	(22.924)
Reversão (provisão) para baixa de imóveis.....	-	-	8.145	(8.145)
Lucro (prejuízo) na venda de investimentos.....	9.048	(65.775)	9.386	(65.775)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	12.782	(97.591)	53.437	(110.426)

(a) Refere-se substancialmente a compensações de fornecedores por itens de desempenho operacional de equipamentos, dentro de prazos estipulados, consideradas recuperáveis pela Administração junto a fornecedores.

23. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Despesas de juros.....	(401.902)	(318.643)	(417.785)	(340.277)